

GUINÉ-BISSAU E A LÍNGUA GUINEENSE

Rejane Camila Nickel de Grandi¹

<https://doi.org/10.5281/zenodo.17494648>

Resumo: Este artigo teve por objetivo fazer um apanhado linguístico da República da Guiné-Bissau. Por ser um país com muita interferência de vários povos, se tornou também um país multilinguístico. No entanto, a língua portuguesa foi a que se tornou oficial, apesar de ser a menos falada. Com a influência de várias línguas, surge o crioulo, o guineense, que carrega características vivas da sociedade guineense e que se tornou a mais falada no país. Este trabalho traz, assim, informações da língua guineense como a real língua desse país. Uma língua completa e que tem o direito de ser descrita. Apontamos também as relações do guineense com outras línguas e as interferências recebidas para sua formação.

Palavras-chave: País Multilinguístico. Guineense. Identidade.

GUINEA-BISSAU AND THE GUINEAN LANGUAGE

Abstract: This article aimed to provide a linguistic overview of the Republic of Guinea-Bissau. As a country with a lot of influence from various peoples, it has also become a multilingual country. However, Portuguese was the official language, despite being the least spoken. With the influence of several languages, Creole, Guinean, emerged, which carries vivid characteristics of Guinean society and became the most spoken language in the country. This work therefore presents information on the Guinean language as the real language of this country. A complete language that deserves to be described. We also point out the relationships between Guinean and other languages and the influences received in its formation.

Keywords: Multilingual country. Guinean. Identity.

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

1. GUINÉ-BISSAU

Guiné-Bissau é um país localizado na costa ocidental africana, com 36.125 km² de território total. De acordo com Leister (2012), por boa parte do país sofrer inundações durante o ano, o território passa a ter 28.000 km² com a maré alta, ou seja, no período de maio a outubro. Com uma população de 1.9 milhões de pessoas (WorldBank, 2023), é cercada por Senegal, República da Guiné e limitada pelo Oceano Atlântico.

No que se refere à economia, Guiné-Bissau se utiliza, basicamente, de recursos naturais e serviços de ecossistema. Segundo Namone (2020: 76) “a região é rica em recursos naturais: vários tipos de minérios, florestas densas e savanas com diversos tipos de animais em abundância”. O setor agrícola tem também uma grande importância: 57% do produto interno bruto vem dela, sendo que 79% da população depende da agricultura (ARAÚJO 2012: 9). Por causa de sua localização, é membro da Comunidade Econômica dos estados da África Ocidental (CEDEAO), sendo um dos únicos (e Cabo Verde) países a falarem português, do grupo. Desta forma, o francês passa a ser uma língua cada vez mais presente na Guiné Bissau. Segundo Mané (2022: 5), o francês é requerido em processos seletivos de empresas no país.

Apesar de ser um país pequeno geograficamente e sem grande importância econômica (LEISTER, 2012:328), Guiné Bissau tem uma história regada de multiculturas. De acordo com Leister (2012: 328) foi nesse país que “a expansão européia teve início e, paradoxalmente, engendraram-se esforços para o fim do colonialismo.”

1.1 História

Muito antes da chegada dos portugueses, Guiné Bissau pertencia a outros povos: “os bainuk, os balanta, os byafada, os brame, entre outros.” (LOPES 2005: 14). Esses povos possuíam seu próprio território e sua própria língua, sendo caracterizados por um baixo nível de centralização do poder político (CARDOSO, 2004:2). Apesar de divergirem em gostos e costumes,

apresentavam alguns aspectos em comum, de acordo com Leister (2012: 321): “a importância da música cotidiana e uma cosmogonia singular.”

No século XIII, o povo mandinga, vindo do Império Mali, exerceu forte pressão sobre os povos que ocupavam a região. Ao se estabelecerem com o Reino Kaabu, cuja capital se chamava Kansala, fizeram com que as aldeias circunvizinhas dependessem de sua proteção. Baseados em uma fé animista, Kaabu exerceu influência religiosa, cultural, comercial e também linguística, cujo fenômeno era chamado de malinkização (MANÉ, 2022). Muitos conflitos continuaram a acontecer, o que levou o povo da região a se tornar em grande parte Islã.

Surge, no ano de 1468, o Império Songhay, que derruba o império anterior e toma seu lugar. Sua formação aconteceu próximo ao alto Níger e foi caracterizada pelo intenso comércio também com povos islâmicos. De acordo com Braga (2023: 13) “foi durante esse império (conhecido por sua rede bem organizada na zona transaariana) que os portugueses chegam ao rio Senegal.”

Quanto à chegada dos portugueses à África, há uma divergência de nomes. Alguns autores (AUGEL 2007) acreditam ter sido Nuno Tristão o primeiro português a chegar no local, e outros (CAMPOS 2013; SANTY 2016) acreditam ter sido Álvaro Fernandes. De qualquer forma, isso ocorreu em 1446, com a chegada à costa da Guiné-Bissau. A primeira ação dos portugueses foi tímida. Por não terem o intuito de adentrar no país, acabaram por ficar em “certos redutos bem delimitados e cercados pelas populações circundantes”. (CAMPOS, 2016: 53) Só em 1558, a praça de Cacheu foi fundada, como a primeira capital administrativa, abrindo as portas para a abertura de outras praças, também chamadas de presídios, como as citadas no mapa abaixo, sobre a Guiné Alta.

Nessas praças surge uma nova constituição de sociedade, a qual incluía lançados, tangomãs, filhos da terra e grumetes. Os lançados, de origem portuguesa, eram aventureiros ou desertores, que fugiam do cumprimento de leis e regras de seu país de origem e passavam a auxiliar no sequestro e comércio de pessoas escravizadas. Por viverem nessa sociedade, constituíam família, unindo-se com as tangomãs, mulheres guineenses que serviam aos

lançados, que se denominavam de boa educação, mas que não possuíam instrução. Destas uniões vem os filhos da terra. Os grumetes se encaixavam nessa sociedade como auxiliares/empregados dessas famílias. De acordo com Braga (2023: 15), essas pessoas “...se autodenominavam portugueses, mas não falavam português. A maioria conhecia línguas africanas locais, incluindo o Kriol.”

Apesar de haver invasões, o país sempre foi resistente. Entre 1884 e 1885, com o intuito de submeter a África ao domínio europeu, aconteceu a Conferência de Berlim, a qual não foi aceita pelos líderes das populações. Portugal, então, iniciou ataques aos povos da Guiné-Bissau. Os primeiros lugares a sofrerem foram os arredores de Bissau. Os povos que se encontravam no interior do país foram os próximos: felupes e manjacos (entre 1878 e 1880), biafadas (de 1880 a 1882), balantas e papeis (na década de 1890) e o arquipélago de bijagós (1912), a partir de uma campanha de “pacificação” (BRAGA, 2023: 18). Em 1915 Guiné Bissau estava completamente conquistada pelos portugueses, segundo Kihm (1994).

Portugal iniciou, então, uma tentativa de “civilizar” o povo colonizado, a partir de regras advindas de cartas, acordos e diplomas, como, por exemplo, a Carta Orgânica da Província da Guiné (1917), que trazia condições para assegurar a cidadania portuguesa, almejado pela população na época. Essas restrições iam de saber ler e escrever, poder se manter e ser capaz de trabalhar e ter um bom comportamento (atestado pelas autoridades). Outra tentativa do povo português de impor sua cultura foi trazida pelo Acordo Missionário (1940), o qual dava a escolarização da população para as missões católicas italianas, enquanto a população não indígena ia para escolas que seguiam o currículo português (BRAGA, 2023: 19).

Apesar da tentativa europeia de dominar o país e outorgar sua cultura e língua, o crioulo seguiu se tornando língua franca, agora também no interior da Guiné (BRAGA, 2023: 19).

A população guineense seguiu sendo colônia de Portugal por mais alguns anos até ocorrer o que Silva (2006: 13) chama de massacre de 3 de agosto de

1959. Neste evento, a polícia portuguesa assassinou cerca de 50 trabalhadores que reivindicavam aumento de salário, desencadeando a luta pela libertação do povo guineense.

Em meados dos anos 50, Amílcar Cabral fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Após muitas lutas, Guiné-Bissau se tornou a primeira colônia portuguesa na África a ter sua independência reconhecida, tornando-se a República da Guiné-Bissau. Sua independência aconteceu em 24 de setembro de 1973, “reconhecida por mais de 80 estados.” (BULL 1989: 66).

Importante salientar aqui a língua crioula, que teve papel fundamental na mobilização da população para a independência. Foi a partir dela que houve “recrutamento de soldados, língua utilizada nas escolas dirigidas pelo Partido Africano, mensagens, propagandas e ideologias do PAIGC- rádio Libertação.” (BRAGA 2023: 19). No entanto, a língua portuguesa foi adotada como oficial pelo país, pela necessidade de manter contato com outras ex-colônias portuguesas, pelo alto custo de material didático e pelo acesso à mídia portuguesa e brasileira. Amílcar Cabral acreditava ser necessário utilizar o português até que instrumentos fossem criados para a utilização do crioulo na escola.

[...] há camaradas que pensam que, para ensinar na nossa terra é fundamental ensinar em crioulo já. Então outros pensam que é melhor ensinar em fula, em mandinga, em balanta. Isso é muito agradável de ouvir, os balantas se ouvirem isso, ficam muito contentes, mas agora não é possível. Como é que vamos escrever em balanta agora? Quem é que sabe a fonética do balanta? Ainda não se sabe é preciso estudar primeiro, mesmo o crioulo. [...] o mundo avançou muito, nós não avançamos muito, tanto como o mundo e a nossa língua ficou ao nível daquele mundo a que chegámos, que nós vivemos, enquanto o tuga, embora colonialista, vivendo na Europa, a sua língua avançou bastante mais do que a nossa, podendo exprimir verdades concretas, relativas, por exemplo, à ciência. Por exemplo, nós dizemos assim: a lua é um satélite natural da terra. Satélite natural, digam isso em balanta, digam em mancanha. É preciso falar muito até fazer compreender que um satélite é uma coisa que gira à volta de outra. (CABRAL, 1979: 102 e 104)

Apesar de a língua portuguesa ter se tornado a oficial, o multilinguismo seguiu muito forte na República da Guiné-Bissau.

1.2 O multilinguismo da Guiné-Bissau

De acordo com a Ethnologue (2023), a República da Guiné Bissau é constituída por 19 línguas indígenas vivas e 7 línguas não indígenas, sendo uma delas a oficial, o português. As línguas indígenas são

- Bainouk-Gunyúño
- Balanta
- Biafada
- Bijagó
- Fula
- Futa Fula
- Guinea-Bissau Creole
- Guinea-Bissau Sign Language
- Jola Bayote
- Jola-Felupe
- Kanjad
- Kasanga
- Kobiana
- Mandinka
- Mandjak
- Mankanya
- Mansoanka
- Nalu
- Papel

Verificamos que, mesmo sem uma grande transição de espaço, há uma grande variação linguística.

Em média, a cada 50 ou 60 km, entramos num território linguístico diferente, quer viajemos para o Norte, Sul, Leste ou Oeste. Nota-se uma diferença linguística e cultural entre as regiões, talvez motivada pelas actividades de sustento praticadas pelos povos que as habitam: as etnias do Norte e Sul, maioritariamente animistas, dedicam-se essencialmente à agricultura e normalmente constroem as suas habitações junto às bolanhas (arrozais); as etnias do leste, predominantemente muçulmanas, praticam a pastorícia e o comércio, habitando zonas mais recuadas em relação aos arrozais, geralmente mais desérticas. (INTUMBO 2007:2)

Apesar de muitas línguas coocorrerem no país, a comunicação acontece normalmente, graças ao guineense, que é aceito e falado por maior parte da população (INLATÉ, 2023: 24). Ainda assim, o português segue sendo a língua oficial do país. De

acordo com o censo de 2009, apenas um terço da população fala o português como segunda língua, enquanto 90% da população fala guineense.

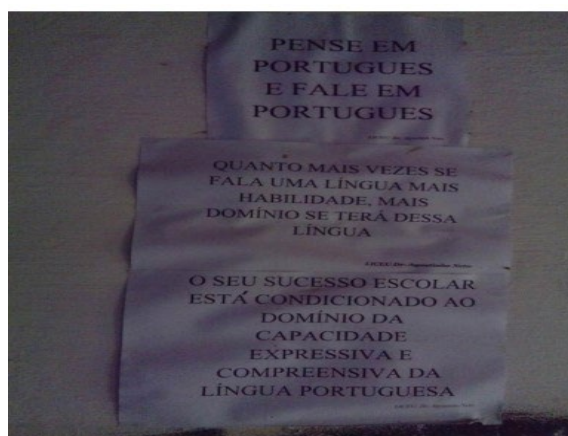
Assim, a língua portuguesa é utilizada por um grupo pequeno da população guineense. É possível, segundo exemplo de Couto e Embaló (2010), ligar para uma instituição governamental em português e receber a resposta em guineense, conforme a seguir:

- (1) HHC: Eu queria falar com o sr. M. N.!
Resp.: *I ka stá!* 'ele não está'
HHC: O sr. J. A. está?
Resp.: *I bin ma i bai* 'ele veio, mas já se foi'

(COUTO, EMBALÓ 2010: 51)

A sala de aula recebe, da mesma forma, essa miscelânea de línguas, porém, exige o uso do português.

Imagem 2: Aviso que incentiva/obriga o uso da língua portuguesa



Fonte: Namone (2020: 32)

A foto acima foi tirada da porta de uma sala de universidade na Guiné-Bissau. Apesar da necessidade de impor a língua portuguesa, o país não tem profissionais em sala de aula aptos para o ensino do português. Conforme Scantamburlo (2013), os professores que continuam lecionando nas escolas também não falam o português como primeira língua.

Projetos têm sido criados na tentativa de colocar o ensino do guineense em sala de aula. Um deles é o PAEBB (Projeto de Apoio ao Ensino Bilíngue no arquipélago de Bigajós).

O projeto conta com três fases, nas quais o guineense é o foco, primeiramente, da alfabetização. Depois que a leitura e escrita no guineense estão em processo de domínio, inicia-se, então, a alfabetização do português (SCANTAMBURLO 2019: 204).

Em 1990 houve um encontro no Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE) com o intuito de discutir o uso ou não do guineense nas escolas. Apesar dos esforços, esse é um assunto que está em processo inicial de funcionamento. Por mais que haja tentativas em incluir o português na vivência desses cidadãos, é o guineense que tem papel de língua nacional. Hawthorne e Nafafé (2016) acreditam que é o guineense o responsável pela harmonia entre as etnias existentes no país.

1.2.1 O guineense

A língua guineense surgiu como língua crioula, a partir da miscelânea de línguas existentes na Guiné Bissau. Conforme Muysken (1995), as fontes mais antigas para muitos crioulos datam do século XVIII, quando os missionários começaram a escrever textos religiosos para a língua dos escravos. De acordo com Pereira (2007: 1), “os crioulos são línguas naturais, de formação rápida, criadas pela necessidade de expressão e comunicação plena entre indivíduos inseridos em comunidades multilíngues relativamente estáveis.”

Nos aspectos estruturais, o crioulo apresenta léxico menos numeroso do que aqueles das línguas de superstrato e substrato. O número de fonemas é menor do que o das línguas que entraram em sua formação. Há quase total ausência de morfologia derivacional e flexional. As funções sintáticas são indicadas preferencialmente pela ordem, em geral SVO, e há clara preferência pela estrutura silábica CV, em geral, em vocábulos dissilábicos. Geralmente as palavras interrogativas do crioulo são bimorfêmicas, incluindo-se as perguntas Qu-. No crioulo da Guiné Bissau, por exemplo, não se pergunta “quando você chegou?”. Tal pergunta pode ser formulada de outras maneiras, como *kal dia ki bu bin? quando você veio?* (RODRIGUES 2019: 45)

Bickerton (1988) acredita haver três tipos de crioulo: crioulo de plantação, crioulo de forte e crioulo marrom. Arends (2003) acredita que o segundo tipo de crioulo é o que ocorreu na Guiné Bissau, quando europeus, em suas costas fortificadas, implantaram suas atividades comerciais. No entanto, mais importante, a comunicação para a formação do

crioulo aconteceu aos arredores das cidades, quando os lançados uniam-se com mulheres africanas, com quem havia algum tipo de contato. Esse contato se expandiu em crioulo pelas crianças nascidas nestas casas, os filhos da terra (BICKERTON 1988: 16).

Há alguns aspectos que podem ter interferido na formação do crioulo guineense, como por exemplo a quantidade de crianças no local no período formativo da língua, a quantidade de pessoas negras e brancas no período inicial de colonização, pelo fato de haver falantes suficiente da língua dominante para a transmissão da língua. Mufwene (1993) acredita que, de qualquer forma, as línguas das populações fundadoras podem ter tido uma influência desproporcional nas línguas crioulas.

Mais especificamente, quanto à formação do crioulo guineense, quatro teorias são trazidas para tentar explicar sua fundação. A primeira é embasada por Silva (1957), o qual afirma que foi formado, não com a exposição direta ao português, mas com o crioulo caboverdiano. Já a segunda teoria nega essa ligação com Cabo Verde, creditando a criação do guineense ao contato dos portugueses com africanos nas cidades de Cacheu e Geba (PINTO BULL 1989). A terceira teoria afirma uma intencionalidade na criação da língua. O seu pidgin teria, segundo Naro (1978), sido criado na Europa e difundido na África, para que fosse uma língua de reconhecimento. A quarta teoria é trazida por Rougé (1986), o qual afirma que ambos os crioulos, guineense e cabo verdiano, têm em comum um proto-crioulo. A criação do crioulo teria acontecido com pessoas trazidas da Europa, conhecidos como lançados que, ao casarem-se com tangomãs, mulheres africanas, trouxeram sua língua, a qual foi utilizada pelas tangomãs, como pidgin, e repassadas para seus filhos, que a tornaram língua estruturada.

Os lançados devem ter falado um português simplificado quer com os grumetes, quer com as suas esposas. Esse português simplificado teria sido reproduzido e modificado pelos grumetes e pelas tangomãs, resultando daí um português ainda mais simplificado, o pidgin português que poderá ter servido de input linguístico para os seus filhos, a primeira geração dos falantes do crioulo (INTUMBO 2007: 8).

Como visto anteriormente, o crioulo de Guiné-Bissau tem por base o português, apesar de ter outras interferências linguísticas, como o francês, por causa dos vizinhos do país. No entanto, é da língua portuguesa que o crioulo guineense mais se utilizou para sua

formação. Segundo Scantamburlo (2019: 210) “O léxico do crioulo Guineense deriva do português por 80% do seu total.”

Essa imposição da língua portuguesa é problematizada também em poemas de Odete Semedo, que, segundo Moraes e Costa (2018), sofre com uma resistência à identidade e ao nacionalismo do país.

(2) Poema de Odete Semedo sobre língua e identidade

Em que língua escrever
As declarações de amor?
Em que língua cantar
As histórias que ouvi contar

Em que língua escrever
Contando os feitos das mulheres
E dos homens do meu chão?
Como falar dos velhos
Das passadas e cantigas?
Falarei crioulo!

Mas que sinais deixar
Aos netos deste século?

Ou terei que falar
Nesta língua lusa
E eu sem arte nem musa
Mas assim terei palavras para deixar
Aos herdeiros do nosso século

Em crioulo gritarei
A minha mensagem
Que de boca em boca
Fará sua viagem

Deixarei o recado
Num pergaminho
Nesta língua lusa
Que mal entendo

(SEMEDO 1996: 12-13)

Essa angústia pela falta de prestígio da língua nacional traz a importância em definir qual nomenclatura será utilizada para essa língua. Alguns autores utilizam ainda o termo crioulo, por ser a origem da língua da Guiné-Bissau. No entanto, esse termo carrega muito preconceito linguístico, tanto social como histórico (INLATÉ 2023: 48).

Outros autores (MARIA 2013; KIHM 1989, 1994; DANFÁ 2021) acreditam que o melhor termo para a língua é o kriol/kriyol, por ser o termo utilizado por muitos guineenses. Inlaté (2023:48), contudo, entende que o uso desse termo “pode reforçar a ideia de dominação colonial ou de superioridade europeia, contribuindo para a desvalorização das línguas crioulas.”

Baseado em Inlaté (2023:48) utilizaremos o termo guineense para a língua nacional da República da Guiné-Bissau, por ser, em nosso entender, o termo que melhor representa a língua mais falada no país.

1.1.4.1 O GUINEENSE E SUA RELAÇÃO COM OUTRAS LÍNGUAS

Intumbo (2007), em seu estudo sobre a morfossintaxe do guineense, traz uma análise comparativa entre o crioulo guineense, o balanta e o português, por acreditar que essas línguas foram as que mais deram base para a formação do guineense. Segundo o autor, nas três línguas, normalmente, o nome próprio é invariável.

(3) CG **Ntoni** tene livru.
António tem livro
'O António tem um livro'

(4) BAL **Tcuma** ten garte.
Tchuma tem livros
'A Tchumá tem uns livros'

(5) PORT (O) João tem uns livros

(INTUMBO 2007:34)

Tanto no guineense (3) quanto no balanta (4) e no português (5), os nomes próprios são invariáveis. Quanto aos nomes coletivos, o crioulo guineense baseou-se no Balanta, se afastando da língua portuguesa.

Tabela 1: Nomes coletivos em guineense, balanta e português

	Nome comum (singular)	Nome comum (plural)	Nome colectivo
CG	lubu	lubus	lubus
BAL	n'ol	nn'ol	nn'ol
PORT	lobo	lobos	alcateia

Fonte: Intumbo (2007: 35)

Na tabela acima, nota-se que, enquanto o coletivo em crioulo guineense e balanta ocorre como o plural dos termos, o português tem um termo diferente do nome comum (lobo = lobos = alcateia).

Outra comparação entre as línguas diz respeito à concordância e à pluralização. De acordo com Intumbo (2007: 36), diferente do português europeu, no crioulo guineense não ocorre marcação de número nos adjetivos.

- (6) CG mininu djiru__
 menino inteligente
 'um menino inteligente'
- (7) CG mininu-s djiru__
 menino-PL inteligente:SG
 'uns meninos inteligentes'
- (8) CG dus mininu (-s) djiru__
 dois menino (-PL) inteligente:SG
 'dois meninos inteligentes'
- (9) PORT O aluno estudioso
 o aluno:SG estudioso:SG
- (10) PORT O-s aluno-s estudioso-s
 o-PL aluno-PL Estudioso-PL

(INTUMBO 2007: 35-36)

Quanto aos possessivos, o crioulo guineense tem a mesma posição de uso que o português: antes do nome.

- (11) CG **nha** kasa
 minha casa
 'a minha casa'
- (12) PORT a **minha** casa

(INTUMBO 2007: 43)

Quando o assunto são as construções relativas, o guineense se aproxima do português por exigir o uso do termo relativo na sentença, enquanto no balanta esse termo é opcional.

- (13) CG Omi [ku mora na e kasa] i pursor.
 homem REL morar em esta casa é professor
 'O homem que vive nesta casa é professor.'
- (14) BAL Llante [(te) mese ni a odn udo] gi
 pursor.
 homem REL morar em esta casa esta é professor
 'O homem que vive nesta casa é professor.'
- (15) PORT 'O homem [que vive nesta casa] é professor.'

(INTUMBO 2007: 104-105)

Conforme as sentenças acima, as marcações *ku* (guineense) e *que* (português) são exigidas, ao contrário de *te* (balanta).

No que concerne às orações subordinadas não finitas, o guineense difere tanto do balanta quanto do português. o termo *pa*, em algumas ocasiões, pode ocorrer como um marcador de infinitivo. Esse mesmo termo pode, também, segundo Intumbo (2007: 107), ser considerado um quase modal, já que a partícula *pa* pode preceder uma sentença para indicar obrigação fraca. Apesar de não ser considerado um quase modal no português brasileiro, há um uso paralelo para indicar futuro iminente.

- (16) CG Fala -l pa i sta la sedu.
dizer 3s para 3s COP la Cedo
'Diga-lhe que esteja lá cedo.'

(INTUMBO 2007:107)

Kihm (1994), utilizando a partícula *pa*, com suas muitas funções, a compara com outra partícula bastante utilizada no guineense: o *kuma*. Para ele, o guineense tem dois tipos de complementizadores: o *pa*, utilizado com factivos; e o *kuma*, com verbos epistêmicos e declarativos. Ao estudar mais a fundo as sentenças em que o *kuma* aparece, Kihm evidencia que o *kuma* é muito mais do que um complementizador.

- (17) Ora ku i bin bu ta fala 1 kuma n tisi 1 si baka.
time that he come you A tell him KUMA I bring him his cow
'Quando ele vier, você vai dizer que eu trouxe a vaca dele.'

- (18) Kulegas kuma pa n bin reserva elis vinti litru di kaju.
colleagues kuma pa i come mark-down them 20 litre of cashew
'Os colegas me disseram para vir e marcar 20 litros de vinho de caju para eles.'

- (19) N fala u ba kuma pa no disa.
I tell you past kuma pa we leave
'Eu te disse que deveríamos desistir.'

- (20) Tartaruga kuma kil ku na bin sinta bu pera.
tortoise kuma that that A come sit-down you wait
'A tartaruga disse: sente-se e espere que virá.'

O termo *kuma*, segundo Kihm, pode ser evidenciado como complementizador opcional, dominado por um verbo declarativo ou epistêmico, conforme (18); pode ser um complementizador categorial (20), um verbo declarativo (19) e um verbo declarativo introduzindo uma citação, conforme (21).

A partir das várias análises do termo *kuma*, o autor acredita se tratar sempre de um verbo.

Otherwise, *kuma* is hereby described as a finite verb subcategorizing for a clause with or without feature, and either taking a full subject or sharing a subject with a higher verb denoting some event having to do with speech (whereas *pa* takes no subject at all)². (KIHM 1994: 203)

No que diz respeito aos termos que expressam modalidade no guineense, Kihm (1994: 26) traz os seguintes: *pudi* (poder), *misti* (querer), *dibi di* (dever), *ten di* (ter que), *ciga di* (já ser/fazer), *kaba di* (finalmente ser/fazer), *tenta di* (tentar), *pega* (começar), *nega* (recusar), *seta* (aceitar), *osa* (ousar), *tarda* (ser/fazer por um longo tempo).

(21) Nya irmon misti bay utru tera.
my brother want go other country
'Meu irmão quer ir para outro país.'

(22) N ka na pudi pera l.
I NEG A can wait-s/he/it
'Eu não poderei esperar por ele/ela.'

(23) N dibí/ten di bay gosi.
I must/have of go now
'Eu tenho que ir agora.'

(24) Omi garandi ciga di konta nu kil story a.
man big arrive of tell us that story
'O idoso já nos contou aquela história.'

(25) E kaba di sedu rey.
they finish of be king
'Eles finalmente se tornaram reis.'

² “De outra forma, *kuma* é por este meio descrito como um verbo finito subcategorizando para uma sentença com ou sem traços C, e também pegando um sujeito cheio ou compartilhando um sujeito com um verbo mais alto, denotando algum evento que tem ligação com a fala (enquanto *pa* não pega nenhum sujeito).” (tradução nossa)

- (26) Lebri ba toma si vyola i pega toka.
rabbit go take his violin he start strike
'O coelho foi pegar seu violino (e) ele começou a tocar.'
- (27) Alunu nega tarbaja.
pupil refuse work
'O aluno se recusa a trabalhar.'
- (28) Zeka ka ta osa kurinti karu.
Ze NEG A dare run+CAUS car
'Ze não se atreve a dirigir um carro.'
- (29) N tarda misti skola.
I be-a-long-time want school
'Eu estava há bastante tempo querendo ir para a escola.'

(KIHM 1994: 26-27)

De acordo com Kihm, estes verbos têm uma característica em comum: são predicados de controle, todos selecionam VPs não finitos cujos sujeitos lógicos são denotacionalmente idênticos aos seus próprios sujeitos.

- (30) VP[+MODAL] → H[n], VP[-FIN, AGR NP] (misti, pudi, dibi di, tarda, etc.)

(KIHM 1994: 27)

Outra característica importante encontrada por Kihm é o fato de alguns desses verbos modais exigirem o termo *di*. O autor evidencia que esses verbos, sem a presença de *di*, passam a ter outro sentido: “dibi 'owe'(dever), ten(e) 'have, possess'(ter, possuir), ciga 'arrive' (chegar), kaba 'end, be finished' (terminar).” (KIHM 1994: 27).

2. CONSIDERAÇÕES

A República da Guiné-Bissau é rica em vários pontos, especialmente na língua. Por ser um país multilinguístico, o guineense tem sua construção com bastante influência, o que a torna aceita pela maior parte dos moradores. Por ser essa a mais falada, a torna a língua do país.

O guineense, assim, é uma língua rica em estrutura, mas pouco descrita. Desta forma, o intuito deste trabalho foi contribuir, evidenciando sua importância e reiterando a necessidade de sua descrição.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, H. M. F. **Educação e transformação social: formas alternativas de educação em país descolonizado**, 1981. 239, f. Dissertação (Mestrado em educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1981.
- ARAÚJO, H. **Guiné-Bissau**. Brasília: Thesaurus, 2012.
- Cabral, A. **A questão da língua**. Papia 1, 1.59-61, 1990.
- COUTO, H. e EMBALÓ, F. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau**. Revista brasileira de Estudos Crioulos e Similares, N° 20, 2010 (Brasília).
- DJAU, R. Situação sociolinguística, cultural e étnica da Guiné-Bissau e suas implicações. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, v. 6, n. 14, p. 111-124, 2015.
- GELEDÉS. **A Diversidade Linguística Africana**. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/diversidade-linguistica-africana/>>. Acesso em 23/08/2023.
- INLATÉ, L. **Estudo de marcas de modalidade no guineense**. Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina. Brasil, 2023.
- INTUMBO, I. **Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Letras)– Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.
- KIHM, A. **Kriyol Syntax. The Portuguese-based Creole Language of Guinea-Bissau**. 1994.
- MORAES, C.; COSTA, R. **O levante da voz feminina às margens do cânone: nacionalismo, identidade e resistência na poética guineense de Odete Semedo**. Revista Crioula. 2018
- NAMONE, D. **Educação tradicional e moderna na Guiné-Bissau e o impacto da língua portuguesa no ensino: caso das crianças da etnia Balanta-Nhacra de Tombali**. 2020.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **África**. Disponível em <<https://unstats.un.org/unsd/methodology/m49>>. Acesso em 23 de agosto de 2023.
- PÉLISSIER, R.. **História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841 - 1936**. Lisboa: Editora Estampa, 2001
- PEREIRA, D. **Crioulos de base lexical portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2007.
- RODRIGUES, U. **Elementos para a compreensão de Línguas Crioulas e Pidgins: conceitos e hipóteses**. Abe África: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, v. 2, n. 2.

SCANTAMBURLO, L. O Léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: ensino bilingue português-crioulo guineense. 2013.